

A política pública do Pronaf em Chapecó/SC: histórico, caracterização e perspectivas

The public policy of Pronaf in Chapecó/SC: History, characterization and perspective

Juliano Luiz Fossá*

Darlan Christiano Kroth**

Ana Paula Schervinski Villwock***

Alessandra Troian****

Palavras-chave:
Agricultura Familiar
Desenvolvimento Rural
Crédito Rural

Resumo: A agropecuária brasileira historicamente obteve na política de crédito rural um instrumento para ampliação de suas atividades produtivas. O estudo visa analisar o acesso e a distribuição do crédito do Pronaf em Chapecó/SC entre 1996 e 2023. A pesquisa possui abordagem histórica-dedutiva, com coleta e análise de dados secundários. Foram analisados dados do Pronaf, junto ao sítio oficial do Banco Central do Brasil, através da plataforma Matriz de Dados do Crédito Rural (2013-2023) e do Anuário Estatístico do Crédito Rural (1996-2012). Ainda, foram examinadas estatísticas do Censo Agropecuário de 2017 e informações da Produção Agrícola da Produção Pecuária Municipal. Os recursos do custeio agrícola (94,3%) são utilizados para cinco atividades: Máquinas e Implementos; Tratores/Demais Veículos; Infraestrutura Física; Bovinos; Energia Renovável. Consta-se a necessidade de adequações na política pública para atender seu público alvo, assim como as finalidades e objetivos do programa.

Keywords:
Family Farming
Rural Development
Rural credit

Abstract: Brazilian agriculture has historically obtained from rural credit policy an instrument to expand its productive activities. The study aims to analyze access and distribution of credit from the National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf) in the municipality of Chapecó/SC between 1996 and 2023. The research has a historical-deductive approach, carried out through collection and secondary data analysis. Pronaf data were analyzed, on the official website of the Central Bank of Brazil, through the Rural Credit Data Matrix platform (2013-2023) and the Rural Credit Statistical Yearbook (1996-2012). Furthermore, statistics from the 2017 Agricultural Census and information on Agricultural Production from Municipal Livestock Production were examined. Agricultural funding resources (94.3%) are used to five activities: Machines and Implements; Tractors/Other Vehicles; Physical Infrastructure; Cattle; Renewable energy. There is a need for adjustments in public policy to meet its target audience, as well as the aims and objectives of the program.

Recebido em 06 de junho de 2024. Aprovado em 02 de setembro de 2024.

* Doutor em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: julianofossa@unipampa.edu.br

** Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: dckroth@uffs.edu.br

*** Doutora em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora na Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: ana.agronomia@gmail.com

**** Doutora em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: alessandratroian@unipampa.edu.br

Introdução

A agricultura familiar se constitui como o principal modelo de organização social e de produção da agricultura brasileira. Os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado no ano de 2017 registram que, dos 5,1 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros, aproximadamente 3,9 milhões se enquadram na Lei Federal n. 11.236/2006.

No estado de Santa Catarina, a presença da agricultura familiar se constitui de forma ainda mais significativa. Em relação ao número de estabelecimentos agropecuários, de um total de 183.066 estabelecimentos, 142.987 destes pertenciam ao modelo familiar, significando 78,1% do total do estado catarinense naquele ano (IBGE, 2017). Já no município de Chapecó/SC este percentual é de 78,4%, pois, dos 1.661 estabelecimentos rurais, 1.303 se enquadram enquanto agricultura familiar. A significativa presença da forma familiar de agricultura no município, assim como em toda a região Oeste do estado, se constituiu a partir dos nexos do processo de ocupação e colonização deste território (Piazza, 1983; Testa *et al.*, 1996; Renk, 2000, 2006; Werlang, 2006; Goularti Filho, 2010).

Para além da expoente participação das formas familiares na estrutura rural do município, esta também apresenta potencial produtivo, econômico e social. Segundo Kroth (2016), a agricultura familiar é a base estruturante complexo agroindustrial presente na mesorregião Oeste catarinense, sendo o município de Chapecó seu centro regional. Esse desempenho socioeconômico pode ser verificado pelas estatísticas de produção agropecuária e agroindustrial, que posicionam Chapecó como um dos maiores produtores do país e com destaque internacional (Epagri/CEPA, 2023).

Em complemento, deve-se destacar que esse complexo agroindustrial se consolidou no tempo, estabelecendo um vínculo muito estreito entre agricultura familiar e agroindústria, via integração vertical, resultando em uma agricultura familiar subordinada às diretrizes das grandes empresas de alimentos (Zonin; Martins, 2016).

Neste contexto, em recente estudo sobre a distribuição dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Chapecó aparece entre os dez municípios que mais acessaram os recursos no período de 2013 e 2020, em esfera nacional (Fossá; Matte; Mattei, 2022). O Pronaf se materializa como o principal programa de crédito para a agricultura familiar, portanto, a principal ação do Estado brasileiro em apoio ao segmento no país (Aquino; Schneider, 2015). Enquanto política pública, tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, por intermédio da concessão de crédito, destinados ao aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida de agricultores familiares (Brasil, 1996, 2001).

Diante de sua relevância para a agricultura familiar, o Pronaf vem sendo muito estudado pela literatura de desenvolvimento rural. Uma de suas principais interpretações é a de que se por um lado o Pronaf promoveu a democratização do crédito rural e contribuiu para a ampliação da produção agropecuária no país, por outro lado, ele manteve uma concentração geográfica em regiões produtoras tradicionais (Sul e Sudeste), reforçando a produção de *commodities* e, principalmente, não conseguindo alterar o modelo de desenvolvimento rural brasileiro, favorecendo e fortalecendo os agricultores mais integrados ao mercado (Resende; Mafra, 2016; Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

Considerando a expressiva presença da agricultura familiar no município de Chapecó, sua forte relação com os mercados de alimentos e as características históricas do Pronaf no país, compreende-se que a análise da evolução do Pronaf em Chapecó é um importante objeto de pesquisa, visando para ampliar a compreensão dos efeitos do crédito sobre o desenvolvimento da agricultura familiar e, assim, propor melhorias nessa política pública. Diante do exposto, a questão do presente estudo se materializa em: Como se deu o acesso e distribuição do crédito Pronaf no município de Chapecó entre 1996 e 2023? Para tanto, o objetivo versa sobre analisar o acesso e a distribuição do crédito Pronaf no município de Chapecó entre 1996 e 2023.

Para alcance do objetivo de pesquisa, o texto lança mão do método histórico-dedutivo, mediante pesquisa documental, realizando análise descritiva de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural (BCB, 2024b) e do Anuário Estatístico do Crédito Rural, fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB, 2024a). Dessa forma, o texto encontra-se estruturado em quatro seções, para além desta introdução. Na primeira seção são apresentados aspectos históricos da construção da política pública do Pronaf, bem como os principais elementos constitutivos dos seus aproximadamente 30 anos de execução no país. Na segunda seção são apresentados os procedimentos metodológicos e, na sequência, na terceira seção, são analisados os resultados dos dados coletados. As considerações finais são tecidas na quarta seção, na qual são retomadas as principais questões argumentadas.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Na iminência de completar três décadas de sua implementação, a política pública do Pronaf se posiciona entre aquelas que mais receberam do meio acadêmico estudos, pesquisas e avaliações, pois há importância em termos de cobertura, volume de recursos e capilaridade nacional, ao mesmo tempo que se posiciona como a principal intervenção do Estado brasileiro de apoio à agricultura familiar (Aquino; Schneider, 2015; Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

O Pronaf foi criado apenas em 1996, e sua existência remonta a histórica característica do crédito rural estar vinculado aos grandes proprietários de terra no Brasil. Conforme Grisa e Schneider (2014), a distribuição do crédito rural nas primeiras décadas de execução do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) não contemplou a agricultura familiar brasileira, direcionando a grande maioria dos recursos para o modelo empresarial/patronal (Grisa; Schneider, 2014, 2015).

Sorj (1980) classifica este cenário de exclusão do segmento familiar como tríplex seletividade do SNCR, ou seja, recursos a um modelo de agricultura, de algumas regiões e daqueles produtos destinados à exportação. No decorrer dos anos de

1980, com o agravamento da condição econômica do país, o crédito rural passa a ser ainda mais seletivo e como consequência amplia o quadro de restrição à agricultura familiar em termos de acesso aos recursos (Martine, 1991; Delgado, 1985, 2012).

Em face deste ambiente hostil aos interesses dos segmentos da agricultura familiar, se deflagrou aos longos dos anos uma marcha de lutas, proposições e reivindicações das organizações sociais do campo, especialmente sob articulação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) (Mattei, 2015). Soma-se a estes elementos o novo sindicalismo rural, criação e desenvolvimento de cooperativas de crédito rural, além dos espaços participativos na agenda do Estado brasileiro proporcionados com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Grisa; Schneider, 2015).

No plano histórico, a contribuição acadêmica se somou a esse contexto supracitado, e outros dois aspectos foram determinantes para criação de uma linha de crédito específica à agricultura familiar no decorrer da década de 1990 (Aquino; Schneider, 2015; Schneider; Cazella; Mattei, 2021). O primeiro destes aspectos está na publicação de textos acadêmicos, como Abramovay (1992), Veiga (1991) e Lamarche (1993), que possibilitaram a virada conceitual no país ao comprovarem a importância da agricultura familiar no desenvolvimento dos países capitalistas e a sua importância para o caso brasileiro. O segundo aspecto está relacionado ao estudo/relatório em parceria entre a FAO/Incrá de 1994, que estabeleceu as principais diretrizes sobre a agricultura familiar no país (Grisa; Schneider, 2015).

O processo embrionário do Pronaf se inicia com a criação, em 1994, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape). Para Bianchini (2015), o Provape não teve capilaridade nacional, mas sua utilidade foi a de ser projeto inicial que deu as bases para criação do Pronaf em 1996. A partir do Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996 se estabeleceu o programa Pronaf, o qual tinha por finalidade fortalecer o segmento da agricultura familiar promovendo os meios para seu desenvolvimento sustentável (Brasil, 1996).

Com a criação do Pronaf, se estabeleceu uma nova relação entre o Estado brasileiro e a categoria da agricultura familiar, pois, além de ser a primeira

política pública específica à agricultura familiar, o programa é tido como um marco temporal ao longo de toda a história do segmento rural familiar brasileiro (Mattei, 2006; Guanzioli, 2007; Gazolla; Schneider, 2013; Aquino; Schneider, 2015; Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

O programa Pronaf em seus primeiros anos efetivou uma discriminação em seu público-alvo, priorizando aqueles com maior nível de renda monetária (Fossá, 2021), resultando em mais de 70% de suas operações destinadas em somente à região Sul do país entre 1996 e 1998 (Schneider; Cazella; Mattei, 2021). Segundo Fossá *et al.* (2020), o estado de Santa Catarina, no primeiro ano do programa (1996), foi o segundo estado brasileiro com maior volume de crédito contratado e, além disso, a maior parte dos contratos efetivados no estado se concentraram em poucas culturas.

A trajetória do programa nos anos posteriores seguiu a lógica de concentração e seleção estrutural, já ocorrida no âmbito do SNCR, contudo, no interior do segmento da agricultura familiar (Fossá; Villwock; Matte, 2024). Segundo Mattei (2015), é no decorrer da primeira década dos anos 2000 que ocorrem mudanças institucionais no sentido de ampliação do seu público-alvo, cobertura geográfica, redução das taxas de juros e prazos de pagamentos, bem como o estabelecimento de linhas de financiamentos a modelos de agricultura sustentáveis e fortalecimento de grupos marginalizados no interior do segmento da agricultura familiar.

Entre as medidas mencionadas somente a cobertura geográfica foi exitosa nos anos posteriores, especialmente no Nordeste e em alguns estados do Norte, que já se colocam entre os estados com maior acesso dos recursos (Baccarin; Oliveira, 2021). Em estudo sobre a distribuição entre os municípios brasileiros, Fossá, Matte e Mattei (2022) demonstram que apenas 43 dos 5.565 não registraram acesso às operações do Pronaf entre 2013 e 2020, o que, por sua vez, exemplifica a cobertura do programa no território nacional.

No que tange às taxas de juros e condições de pagamentos, estas tiveram melhorias, especialmente as reduções das taxas de juros entre os anos de 2003 e 2010 (Mattei, 2015). É importante situar que, nos governos federais de Michel Temer e Jair Bolsonaro,

as operações do Pronaf tiveram incremento nas taxas de juros e ainda em alguns momentos insuficiência de recursos, principalmente aqueles destinados ao investimento (Mattei, 2018; Fossá; Renk, 2021).

Em relação às linhas que visam o financiamento de modelos de agriculturas sustentáveis e agroecologia, o programa praticamente inexistente em termos de operações realizadas e recursos destinados. Aquino, Gazolla e Schneider (2017, 2021) classificam o desempenho das linhas “verdes” como pífio e, além disso, Niederle e Wesz Junior (2022) consideram que são necessárias mudanças estruturais para adequação destas linhas de financiamento à necessidade de seu público-alvo. Em complemento, Fossá *et al.* (2023) demonstram que houve, entre as linhas do Pronaf Floresta, Pronaf ECO e Pronaf Agroecologia, uma média de 324 contratos anuais no período entre 2015 e 2021.

Já as operações destinadas a públicos específicos no interior da agricultura familiar, como o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem, enfrentam desafios tão grandes como aqueles das linhas “verdes”. Schmoeller (2023), em análise sobre Pronaf Mulher no estado do Paraná, argumenta que, em toda sua história, o Pronaf Mulher vem apresentando números baixos em termos de contratos e volume de crédito concedido.

Em relação à linha destinada ao público jovem, o cenário se repete, pois, em análise sobre as operações no cenário nacional, Fossá, Matte e Mattei (2022) verificaram apenas a realização de 1.998 contratos no período de 2013 a 2020, o que por si só demonstra a distância desta linha de crédito do Pronaf daquilo que poderia ser considerado um mínimo satisfatório. Marin (2020) considera, a partir da realização de um estudo em uma região central do Rio Grande do Sul, que o Pronaf Jovem até o momento não passa apenas de uma boa intenção e não tem apresentado os resultados esperados.

O panorama atual do Pronaf revela que muitos desafios de sua trajetória ainda persistem, inúmeros estudos da atualidade revelam que o programa segue centrado no financiamento de poucas culturas, na especialização produtiva e focado em um perfil de agricultores familiares com maior nível de capacidade produtiva de algumas regiões e estados do país (Aquino; Schneider, 2015; Schneider; Cazella; Mattei, 2021; Fossá, 2021;

Búrigo *et al.*, 2021; Wesz Junior, 2021; Conterato; Bráz; Rodrigues, 2021). Além disso, o Pronaf vem apresentando trajetória de expressiva queda do número de contratos. Somente entre 2013 e 2022, o número de contratos reduziu de 1,9 milhão para 1,4 milhão, ou seja, 30,5% entre os anos (Fossá; Villwock; Matte, 2024).

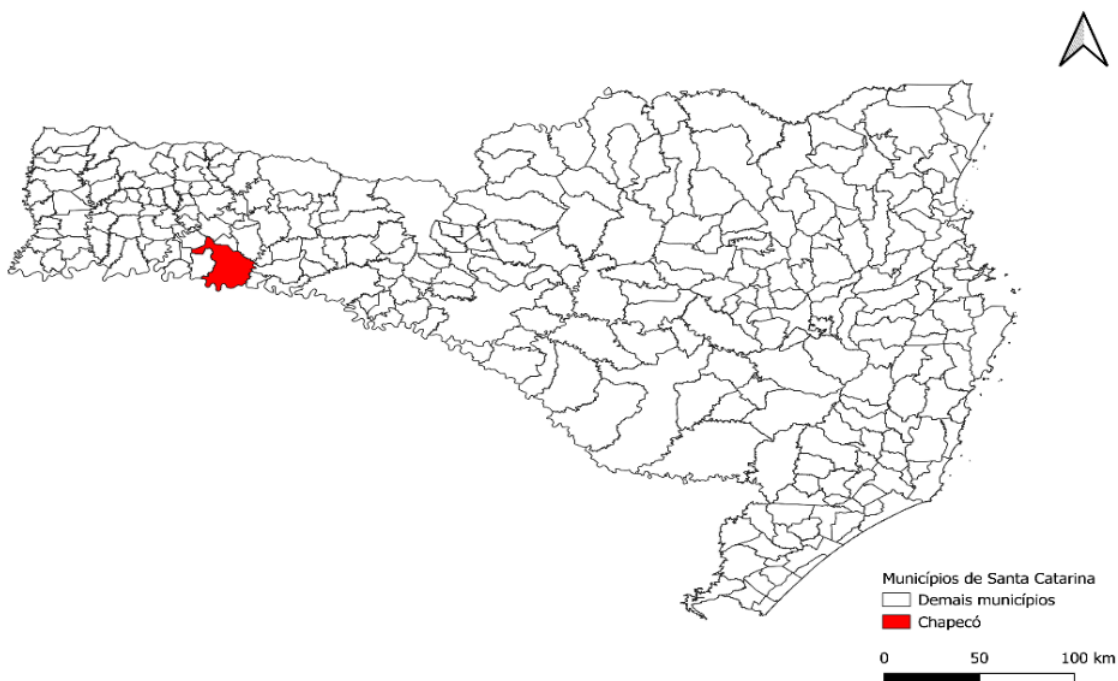
Metodologia

O presente estudo possui natureza histórica-dedutiva. Segundo Bresser-Pereira (2009) e Corazza (2009), esse método, de matriz histórica, é tradicional na análise socioeconômica, buscando fazer interpretações dos fenômenos socioeconômicos, a partir da observação das mudanças e complexidades que permeiam a

realidade. Dessa forma, é um método que reúne e analisa dados e fatos (experiências históricas), analisando suas regularidades e tendências.

A delimitação da área de estudo é o município de Chapecó, situado na região Oeste do estado de Santa Catarina. A escolha por esta localidade se deu em função de quatro aspectos principais: i) a relevância histórica e política do município e das organizações ligadas ao segmento da agricultura familiar; ii) o significativo acesso em termos de contratos e recursos, com destaque no cenário nacional; iii) a presença da agricultura familiar como a principal forma de organização da agricultura local; e iv) interesse em aprofundar estudos e pesquisas de caráter municipal sobre a temática.

Figura 1: Mapa do Município de Chapecó/SC.



Fonte: Autores (2024).

Em relação à técnica de coleta de dados, foram utilizados dados secundários, os quais foram contempladas variáveis relacionados ao crédito rural do Pronaf, junto ao sítio oficial do Banco Central do Brasil (BCB), através da plataforma Matriz de Dados do Crédito Rural (2013-2023) e do Anuário Estatístico do Crédito Rural (1996-2012). A série histórica compreende desde o primeiro ano de operacionalização do programa Pronaf em 1996 até o ano de 2023, acessados conforme disponibilidade das informações junto ao banco de dados do BCB. Além disso, salienta-se que os dados das variáveis referente aos recursos financeiros foram corrigidos (deflacionados), para o ano de 2023, tendo como base para elaboração dos cálculos o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Com objetivo de caracterizar o município estudado, foram examinadas estatísticas do Censo Agropecuário de 2017, assim como as informações da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Produção Pecuária Municipal (PPM). Tais fontes de dados secundários são oriundas do IBGE (2022a; 2022b). As informações e dados utilizados foram organizados, selecionados e tratados através do Microsoft Excel 2016.

A análise dos resultados se deu através da estatística descritiva, envolvendo dois conjuntos de análises. No primeiro, foram apresentadas e discutidas características gerais do Pronaf, como: número de contratos, montante de recursos acessados, valores médios e distribuição dos recursos no município de Chapecó, considerando todo o período de existência do Pronaf, 1996-2023.

No segundo conjunto de análise, priorizou-se uma avaliação desagregada dos recursos destinados às modalidades de custeio e de investimento, permitindo observar onde que o Pronaf está sendo aplicado, dando maiores elementos para compreender sua dinâmica. Para esse segundo conjunto, o período analisado foi de 2013-2023, em virtude da disponibilidade de dados para esse nível de desagregação.

Ressalta-se que a análise descritiva dos dados foi complementada com a pesquisa bibliográfica, com base em estudos da área do desenvolvimento rural e sócio-histórico. O primeiro se debruçando em estudos sobre a agricultura familiar e efeitos do crédito rural (Pronaf) e o segundo enfatizando a

trajetória histórica e o tecido sociocultural da região Oeste de Santa Catarina.

Agricultura familiar e Pronaf: acesso e distribuição no município de Chapecó

O município de Chapecó localiza-se na região Oeste de Santa Catarina e, historicamente, se coloca como expressivo local em termos econômicos e sociais no que diz respeito à presença e importância da agricultura familiar (Espírito Santo, 1999; Renk, 2006; Goularti Filho, 2010). Os dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que, do total de 1.661 estabelecimentos rurais, 1.303 pertencem à agricultura familiar, o que representa 78,4% em relação ao total (IBGE, 2017).

Entre aqueles que participaram do evento censitário, 86% foram do sexo masculino e, ainda, em relação ao total, 80,3% (1.046) dos envolvidos possuíam acima de 45 anos (IBGE, 2017). Os indicadores refletem problemáticas importantes acerca da agricultura familiar em Chapecó e do estado de Santa Catarina, especialmente aquelas relacionadas à sucessão familiar, patriarcado e as relações de gênero do meio rural (Renk; Dorigon, 2014).

Em relação ao pessoal ocupado, a agricultura familiar chapecoense corresponde a 66% (3.211) das 4.866 ocupações registradas no ano de 2017 a partir do Censo Agropecuário. É válido ressaltar que 241 (7,5%) de tais ocupações são de pessoas sem laços de parentesco com os proprietários dos estabelecimentos rurais. Em comparativo com a agricultura patronal/empresarial no município, este percentual salta para 19,6%, ou seja, 952 ocupações (IBGE, 2017).

Em relação ao Valor da produção, os dados do Censo Agropecuário de 2017 foram deflacionados para o ano de 2023. A agricultura familiar produziu em termos comerciais R\$ 102,7 milhões, que, por sua vez, significou 48,7% comparativamente aos R\$ 210,7 milhões no conjunto de toda produção agropecuária de Chapecó. Sobre este aspecto, é válido ressaltar que não são computados os alimentos produzidos para o autoconsumo familiar, condição essencial da reprodução social da

agricultura familiar no município e em todo o país (Villwock, 2015; Badalotti *et al.*, 2020).

Em relação ao Pronaf, a construção da análise se deu a partir do acesso e da distribuição do crédito rural no município de Chapecó. Para tanto, inicia-se pela apresentação do número de contratos e o valor financeiro acessado entre as modalidades do programa. Em seguida, serão apresentados os resultados da destinação financeira entre os principais produtos financiados pelo Pronaf.

Em relação ao número de contratos, sua trajetória no município apresenta significativa redução, de 89,9%, ao longo dos anos de 1996 e 2023, conforme Gráfico 1. Os anos de 1996 e 1997 podem ser caracterizados como pontos “fora da curva” em função das operações do Pronaf terem sido realizadas em “grupinhos” de no mínimo cinco agricultores familiares, o que, por sua vez, elevou o número de contratos nos referidos anos. Já nos anos de 1998 e 1999 o número a menor se deu em função de terem sido realizadas pouquíssimas operações na modalidade de investimento.

Apesar da significativa redução do número de contratos, percebe-se que no período de 2015-2023 ocorreu certa estabilidade, com média de 394 operações anuais. A este respeito, ao menos duas considerações são preponderantes, a saber: i) no município, a política pública do Pronaf está contemplando um percentual muito baixo (30,3%) na comparação com os estabelecimentos familiares (1.303), o que por sua vez, coloca em debate o desempenho da inclusão ao acesso do crédito, pois pode haver um contingente de agricultores familiares

que desejam acessar o crédito e não estão conseguindo se adequar as normas operacionais do programa; ii) Chapecó/SC se insere na própria dinâmica estrutural de redução dos contratos em esfera nacional e de diferentes localidades já verificada em muitos estudos (Viana *et al.*, 2021; Zanetti *et al.*, 2021; Dalcin; Hartmann, 2021; Wesz Junior, 2021; Cerqueira; Jesus; Pinheiro, 2021; Fossá; Matte; Mattei, 2022; Scapin; Troian, 2023).

Em relação aos recursos financeiros, apresentados no Gráfico 2, os valores evoluíram de R\$ 75,9 milhões em 1996 para R\$ 134 milhões no ano de 2023, o que significou um crescimento de 176,4% no período. Quais aspectos explicam tal crescimento ao considerar que o número de contratos representou em 2023 apenas 14,5% no comparativo com ano de 1996?

Pode-se evidenciar, em um primeiro momento, que houve uma concentração no acesso ao Pronaf, isto é, um menor número de agricultores está acessando o crédito. Essa concentração pode estar indicando uma menor presença da agricultura familiar no município nos últimos anos e ampliação do tamanho dos estabelecimentos rurais remanescentes, realidade que vem ocorrendo desde a década de 1990 (Testa *et al.*, 1996; Renk; Dorigon, 2014; Kroth, 2016). Para além dessa realidade, cabe ainda um questionamento sobre o que explica esse crescimento expressivo no volume de recursos. A resposta é, sem dúvida, complexa, contudo, apresenta-se quatro aspectos que contribuem para o entendimento.

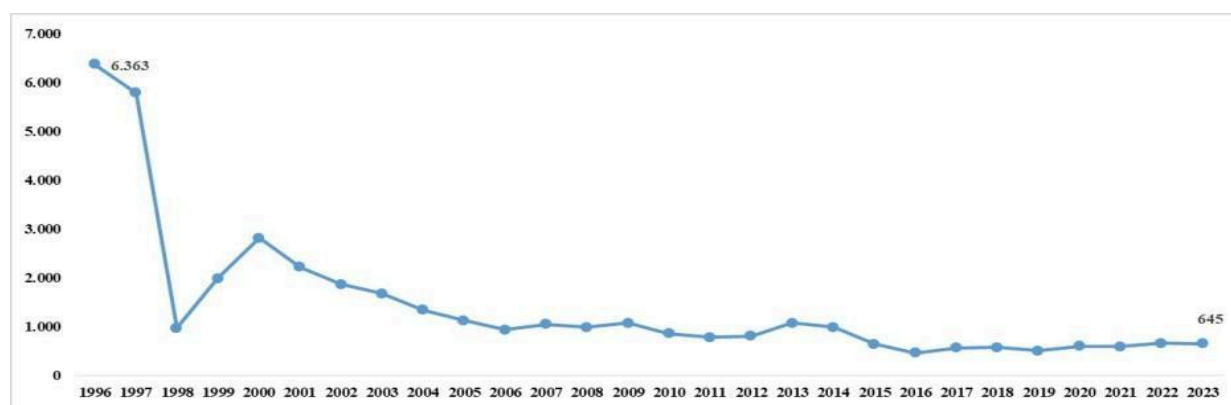


Gráfico 1: Número de contratos anuais do Pronaf contratados no município de Chapecó/SC, entre 1996 e 2023

Fonte: Autores (2024).

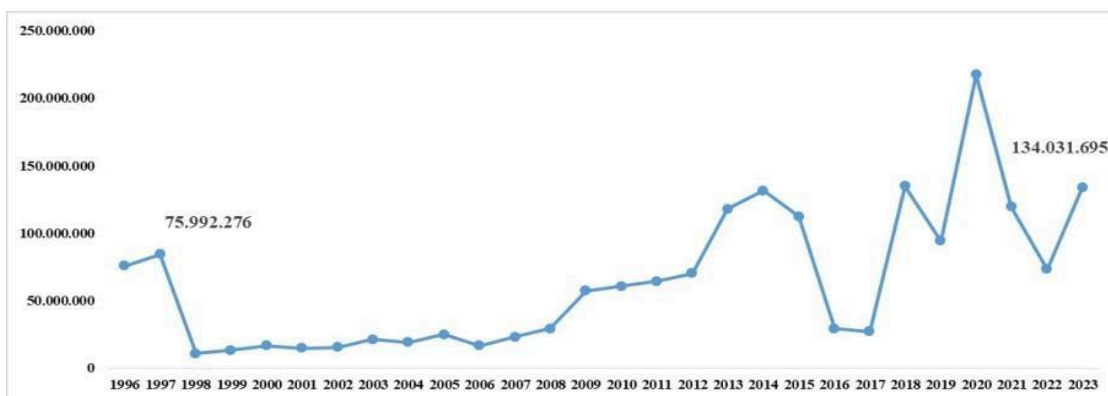


Gráfico 2: Montante de recursos anuais do Pronaf acessados no município de Chapecó/SC, entre 1996 e 2023
 Fonte: Autores (2024).

O primeiro aspecto relacionado ao crescimento do montante acessado está associado ao custo de produção, que, por sua vez, vem crescendo significativamente no estado de Santa Catarina (Epagri/CEPA, 2023). O segundo está associado à necessidade constante do uso de equipamentos com maior nível de tecnologia nas atividades agropecuárias. O terceiro aspecto está relacionado ao crescente movimento de arrendamento das terras na região Oeste de Santa Catarina, que, por sua vez, demanda um maior nível de crédito rural em função da ampliação da produção (Guedes; Cazella; Capellesso, 2019).

O quarto aspecto relaciona-se ao acesso ao programa por cooperativas com sede em Chapecó e atuação em nível nacional, que acabam captando

volumes significativos de recursos via linha Pronaf Agroindústria². Entre os anos de 2016 a 2023, a média de recursos na modalidade de industrialização foi de R\$ 44,7 milhões no município. Acerca da distribuição entre as modalidades do Pronaf no município de Chapecó, de acordo com o Gráfico 3, verifica-se que o crédito de custeio entre 1996 e 2023 acumulou R\$ 972,5 milhões, representando 53,5% do total. Ao considerar o total de 33.352 contratos, o valor médio dos contratos nesta modalidade foi de R\$ 29 mil. Por sua vez, a linha de investimento na série histórica registrou o montante de R\$ 420,2 milhões (23,1% do total), e, em relação ao número de contratos, foram realizadas 6.296 operações com um valor médio por contrato de R\$ 66,7 mil.

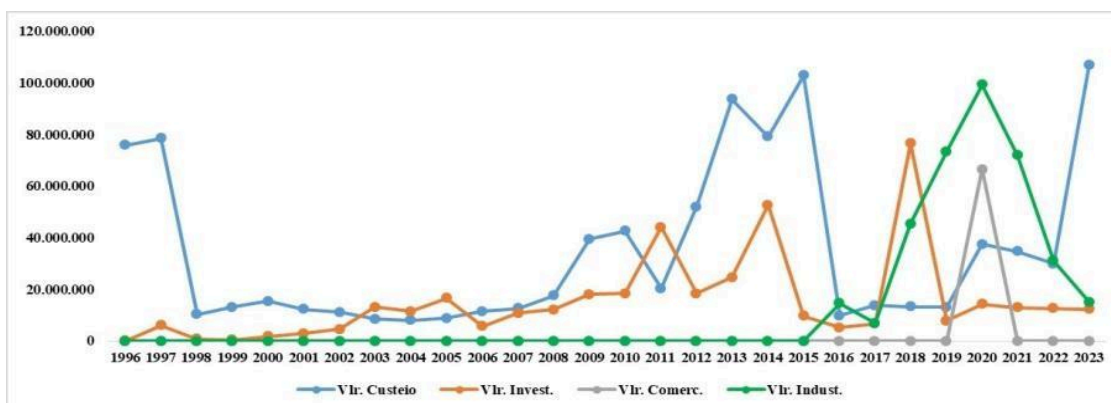


Gráfico 3: Montante de recursos do Pronaf por modalidade acessados no município de Chapecó/SC, entre 1996 e 2023
 Fonte: Autores (2024).

No que se refere à modalidade de comercialização, foi registrada apenas no ano de 2020, no qual apenas duas operações contratuais com o total de R\$ 66,5 milhões, e representando 3,7% do total de todo o período analisado. Por fim, na modalidade de industrialização, este ocorre a partir do ano de 2016 com um total de 40 contratos e um montante de R\$ 357,6 milhões (19,7% do total).

Sobre o Pronaf Industrialização, há pelo menos um aspecto a ser ressaltar, pois, ao recortarmos somente a partir de seu registro no ano de 2016, sua participação é de 43% do total, sendo a modalidade que mais captou recursos, superando tanto o custeio como o investimento. Comparativamente, Fossá *et al.* (2020), ao analisarem a distribuição no estado de Santa Catarina, identificaram o valor em torno de 4% para a modalidade de investimento entre 2016 e 2019.

Neste momento, inicia-se um segundo conjunto de análise, enfatizando um maior aprofundamento da distribuição dos recursos dentro de cada modalidade. Para essas análises, considerou-se o recorte temporal de 2013-2023.

Em relação à distribuição dos recursos na modalidade de custeio agrícola, disposta na Tabela 1,

observa-se que foram acessados R\$ 534,6 milhões entre 2013 e 2023. Desse recurso, apenas cinco produtos (Tabela 1) concentraram 94,3% do total dos valores disponibilizados. Os “Outros Produtos/Insumos/Recursos a Cooperados” captaram 42,3% dos recursos, totalizando aproximadamente R\$ 225,9 milhões. Sobre este ponto, nos termos de Bittencourt (2003), é necessário um “abrir da caixa preta” para compreender no detalhe os destinos dos recursos de crédito rural, pois a principal destinação dos recursos de custeio agrícola aglutina-se em descrições gerais e não especificam claramente sua finalidade.

A categoria de produtos “Bovinos” aparece com R\$ 129,6 milhões entre 2013-2023, representando 24,2% do total. O município de Chapecó, assim como toda a grande região do Oeste catarinense, se constitui em uma grande bacia leiteira, pois somente no ano de 2023 foram produzidas, na microrregião³ de Chapecó, 695,4 milhões de litros de leite, o que significou 25,6% do total do estado e a maior produtora entre as microrregiões do estado de Santa Catarina (Epagri/CEPA, 2023). Além disso, conforme Jochims, Dorigon e Portes (2016), ocorre o aumento das atividades de gado de corte na região Oeste.

Tabela 1: Cinco principais Produtos financiados pelo Pronaf Custeio no município de Chapecó/SC entre 2013 e 2023

Ano	O. Prod/ Insumos / R. Coe	%	Bovinos	%	Capital de Giro	%	Milho	%	Soja	%
2013	74.307.760	79,4	3.929.321	4,2	0	0,0	4.483.421	4,8	4.442.904	4,7
2014	65.370.089	82,6	4.856.697	6,1	0	0,0	4.167.842	5,3	2.475.552	3,1
2015	45.189.167	43,9	50.406.100	49,0	0	0,0	2.791.600	2,7	2.302.198	2,2
2016	146.617	1,5	4.096.632	42,0	0	0,0	2.790.396	28,6	1.808.927	18,6
2017	290.828	2,1	7.399.616	53,8	0	0,0	2.185.602	15,9	2.154.617	15,7
2018	0	0,0	7.540.059	56,5	0	0,0	1.879.566	14,1	2.381.487	17,8
2019	0	0,0	7.944.207	60,2	0	0,0	1.446.914	11,0	1.950.556	14,8
2020	24.204.356	64,5	7.407.841	19,7	0	0,0	2.653.620	7,1	1.818.727	4,8
2021	16.479.000	47,5	9.742.905	28,1	0	0,0	2.942.337	8,5	2.974.520	8,6
2022	0	0,0	12.813.997	42,8	0	0,0	6.840.734	22,9	5.827.967	19,5
2023	0	0,0	13.510.774	12,6	80.000.000	74,9	3.220.794	3,0	5.264.265	4,9
Total	225.987.817	42,3	129.648.149	24,2	80.000.000	15,0	35.402.825	6,6	33.401.719	6,2

Fonte: Autores (2024).

O produto “Capital de Giro” se coloca na terceira posição em termos de acesso dos recursos de custeio agrícola. Apenas com dois contratos no ano de 2023 foram suficientes para representar 15% do total da finalidade entre 2013 e 2023, o que também por este ângulo evidencia as contradições desta política pública que ao longo de sua trajetória (1996-2023) resultou, conforme mencionado acima, em um valor médio das operações de custeio agrícola de apenas R\$ 29 mil.

O quarto produto que mais acessou os recursos em Chapecó, entre 2013 e 2023, foi o “Milho”, com o montante de R\$ 35,4 milhões (6,6% do total), o que se justifica, isto porque o cereal se constitui, para além de sua comercialização, como um item fundamental na alimentação de animais. Na quinta posição aparece o produto “Soja”, com R\$ 33,4 milhões (6,2% do total), que evoluiu 18,5% no comparativo entre 2013/2023.

O posicionamento da soja apenas como a quinta em termos de acesso pode até ser considerado uma surpresa, pois em estudos de Viana *et al.* (2021), Wesz Junior (2021), Conterato, Bráz e Rodrigues (2021) e Fossá, Villwock e Matte (2024) o cultivo aparece entre os principais destinos dos recursos de crédito rural. Os possíveis motivos para esta questão podem estar relacionados ao acesso dos agricultores familiares com maior nível de renda e capacidade produtiva, via outros programas, especialmente o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), além do custeio por conta própria, neste caso, em função do elevado preço de venda das últimas safras, que de alguma forma pode ter sido um vetor à capitalização.

O acesso de recursos de investimento por produto, entre 2013 e 2023, somou no município de Chapecó o total de R\$ 235,1 milhões. Em função da significativa diversidade cadastral, os itens foram agrupados conforme sua finalidade de investimento no interior do estabelecimento rural familiar, conforme Quadro 1. A seguir são apresentadas as cinco categorias de produtos que mais acessaram recursos na modalidade de investimento.

As “Máquinas e Implementos”, de todos os gêneros, foram os itens que mais acumularam no período em análise. Ao todo foram R\$ 101,2 milhões, o que representou 43% do total dos recursos. Em seguida, consta os “Tratores/Demais

Veículos” que acessaram o montante de R\$ 34,9 milhões (14,8% do total). Na terceira posição em termos de acesso consta os produtos enquadrados na categoria “Infraestrutura Física”, os quais foram contratados o montante de R\$ 23,1 milhões (9,9% do total). As três categorias de produtos são fundamentais à estrutura produtiva e, conseqüentemente, em se considerando seu caráter apresentam resultados a médio e longo prazo.

Quadro 1: Principais modalidades de investimento do Pronaf entre 2013 e 2023 no município de Chapecó/SC

	Modalidade de investimento	Valor – milhões de reais	Porcentagem
Categorias de produtos	Máquinas e Implementos	R\$ 101,2	43%
	Tratores/Demais Veículos	R\$ 34,9	14,8%
	Infraestrutura Física	R\$ 23,1	9,9%
	Bovinos	R\$ 14,1	6%
	Energia Renovável	R\$ 7,9	3,4%

Fonte: Autores (2024).

Em continuidade, o produto “Bovinos”, que se refere à compra de animais, captou junto à linha do Pronaf Investimento, entre 2013 e 2023, R\$ 14,1 milhões (6% do total). Por fim, entre os produtos com maior nível de acesso aos recursos de investimento, posiciona-se o financiamento de “Energia Renovável”, que, apesar de ter registro apenas a partir do ano de 2018, acumulou o montante de R\$ 7,9 milhões (3,4% do total). Atualmente, a Energia Renovável pode ser financiada por meio do Pronaf Bioeconomia⁴ e possui como limite o valor de R\$ 210 mil (Brasil, 2023).

Por fim, salienta-se que o Pronaf faz parte da vida dos produtores rurais de Chapecó desde sua criação, sendo uma política pública importante para o desenvolvimento rural do município, financiando, em sua maioria, a produção de produtos agrícolas e maquinários para a produção, mas constata-se a necessidade de adequações na política pública para melhor atender seu público-alvo.

Considerações finais

O município de Chapecó é um importante produtor da agropecuária catarinense. A política pública do crédito rural é um instrumento de fundamental relevância na viabilização das atividades produtivas do meio rural e, conseqüentemente, na atividade econômica. Em relação ao Pronaf, o programa se enquadra potencialmente em mais de 80% dos estabelecimentos rurais do município em estudo. No que tange os objetivos de pesquisa, quatro elementos são fundamentais e merecem serem retomados.

O primeiro elemento relaciona-se ao fato de a trajetória das operações contratuais reduzirem significativamente, resultando no ano de 2023 em apenas 645 e a conseqüente cobertura dos estabelecimentos familiares rurais inferior aos 50% de cobertura, se considerada apenas uma operação por unidade familiar. Este é um ponto importante para o debate da eficiência e desempenho desta política pública em Chapecó. Entretanto, é necessária a junção de forças das organizações da sociedade civil, especialmente aquelas vinculadas aos movimentos sociais do campo no sentido de inserir este debate na agenda pública em nível local, estadual e regional.

O segundo elemento relaciona-se em contradição ao primeiro, pois os valores financiados cresceram significativamente no período (76,4%), o que, por sua vez, indica que um conjunto muito menor de agricultores familiares está precisando cada vez mais recursos para financiar suas atividades produtivas. Além disso, a escalada no volume de recursos também está associada ao acesso de grandes quantias por parte de grandes cooperativas agropecuárias com sede no município de Chapecó. Isso fragiliza e restringe ainda mais o acesso ao se considerar apenas as famílias de agricultores.

O terceiro elemento está associado à destinação dos recursos por produto, isto porque, em relação aos créditos de custeio agrícola, as cinco principais categorias captaram praticamente a totalidade dos recursos (94,3%). Já em relação ao crédito de investimento, apesar de se apresentar de forma concentrada, a maior parte dos recursos contratados no município se colocam como elementos estruturantes das atividades produtivas. A

contradição verificada coloca frente a frente um programa específico à agricultura familiar caminhando a passos largos no amplo incentivo à especialização produtiva e à monocultura em modelo de estrutura de agricultura, que possui na diversificação produtiva suas raízes históricas e elemento fundamental a sua reprodução social.

O quarto elemento se relaciona ao incentivo, via Pronaf, de práticas sustentáveis de agricultura no município. O financiamento da energia renovável com participação de 3,4% dos recursos de investimento entre 2013/2023 é um alento para um cenário de praticamente inexistência de crédito do Pronaf para financiamento de iniciativas sustentáveis e de produção orgânica e agroecológica no município. Por fim, é fundamental as discussões em torno da agricultura familiar e o acesso a políticas públicas de apoio ao segmento em nível local, ao mesmo tempo que se sugere que novos estudos possam aprofundar esta realidade a partir de outros olhares e perspectivas epistemológicas.

Notas

1 O Plano Safra 2023/2024 prevê o limite de captação do Pronaf Agroindústria no total de R\$ 35 milhões.

2 A Síntese Anual da Agricultura Catarinense não disponibiliza os dados municipais.

3 Anteriormente denominava-se Pronaf Eco.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O financiamento público da produção agroecológica e orgânica no Brasil: inovação institucional, obstáculos e desafios. *In*: SAMBUICHI, R. H. et al. (org.). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF: IPEA, 2017. p. 197-227.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no Pronaf: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 163-189, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5548>

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2015. p. 53-81.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. Uma avaliação da distribuição do Pronaf entre as regiões geográficas do Brasil. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 114-140, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5477>

BADALOTTI, R. M. *et al.* A produção de alimentos para autoconsumo na região Oeste Catarinense. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 17, n. 3, p. 138-159, jul./set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.26767/1747>

BLANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília, DF: SAF; MDA, 2015.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BCB – Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. 1996-2012. Brasília,

2024. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BCB – Banco Central do Brasil. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. Brasília, 2024. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 jun. 1996.

BRASIL. Decreto n. 3.991, de 30 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 out. 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Plano/Safra da Agricultura Familiar 2023/2024**. Brasília, DF: MDA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, Niterói, v. 29, n. 2, p. 163-190, abr. 2009.

BÚRIGO, F. L. *et al.* O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e descontinuidades no período 2003-2014. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 635-668, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-6>.

CERQUEIRA, C. A.; JESUS, C. M.; PINHEIRO, L. I. F. PRONAF nos territórios da cidadania da Bahia nos governos instituídos entre 1999 e 2018.

Revista Grifos, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 327-349, 2021. DOI:
<https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5544>

CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A.; RODRIGUES, S. R. A Commoditização do Pronaf e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021. DOI:
<https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5578>

CORAZZA, Gentil. Ciência e método na história do pensamento econômico. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 2, p. 107-135, maio/ago. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/re.v35i2.17206>

DALCIN, D.; HARTMANN, R. J. Captação e Características do PRONAF no COREDE Missões/RS (2013-2018). **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 301-326, 2021. DOI:
<https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5415>

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo, SP: Ícone, 1985.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura a economia do agronegócio**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2012.

EPAGRI/CEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Epagri/CEPA, 2023.

ESPÍRITO SANTO, E. **A agricultura no Estado de Santa Catarina**. Chapecó, SC: Grifos, 1999.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; INCRA – Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília, DF: FAO; INCRA, 1994.

FOSSÁ, J. L. **A agricultura familiar e as alterações promovidas pelo PRONAF em Santa Catarina**. 2021. 232 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FOSSÁ, J. L. *et al.* (A falta de) financiamento de crédito rural: reflexões a partir do PRONAF linhas “verdes”. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, n. 20, n. 2, p. 189-203, abr./jun. 2023. DOI:
<http://dx.doi.org/10.17058/redes.v28i1.17972>

FOSSÁ, J. L. *et al.* Acesso e distribuição do Pronaf entre agricultores familiares no estado de Santa Catarina. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 18, n. 53, p. 222-244, out./dez. 2020. DOI:
<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2020.53.222-244>

FOSSÁ, J. L.; MATTE, A.; MATTEI, L. F. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 29, n. 1, p. 1-27, jan./mar. 2022. DOI:
<https://doi.org/10.5902/2318179668371>

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 54, p. 74-93, 2021. DOI:
<https://doi.org/10.22295/grifos.v30i54>

FOSSÁ, J. L.; VILLWOCK, A. P. S.; MATTE, A. Análise da distribuição do crédito rural entre as unidades da federação no período de 2013 a 2022.

Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v. 22, n. 60, p. 1-22, 2024. DOI:
<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.14701>

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da agricultura familiar? uma análise do Pronaf Crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-2003201300010003>

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014. DOI:
<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 19-50.

GOULARTI FILHO, A. Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. *In*: MATTEI, L.; LINS, H. N. (org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC: Argos, 2010. p. 29-62.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007. DOI:
<https://doi.org/10.1590/S0103-20032007000200004>

GUEDES, A. C.; CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J. Arrendamento de terras: a heterogeneidade de atores sociais no meio oeste catarinense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 14, n. 34, p. 255-284, 2019. DOI:
<http://dx.doi.org/10.14393/RCT143411>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2022a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2022b.

JOCHIMS, F.; DORIGON C.; PORTES, V. M. O leite para o Oeste Catarinense. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 18-21, set./dez. 2016. Disponível em:
<https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/rac/article/view/67>. Acesso em: 20 abr. 2024.

KROTH, D. C. A agroindústria do Oeste Catarinense e o desenvolvimento regional sustentável: os velhos e os novos desafios no novo século. *In*: RADIN, J. C.; CORAZZA, G. (org.). **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos**. Florianópolis, SC: Insular, 2016. p. 129-162.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme**. Campinas, SP: Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, 1993.

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia**

Rural, Brasília, v. 58, n. 2, p. 1-19, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187438>

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000100003>

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Okara: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 293-307, ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41318>

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 35, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2015.v35.421>

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília, DF: MDA, 2006. (NEAD Estudos).

NIEDERLE, P.; WESZ JUNIOR, V. J. A transição para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis por meio de políticas orientadas para uma gestão estratégica das práticas sociais. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 42, n. especial, p. 507-520, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.804>

PIAZZA, W. F. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis, SC: UFSC, 1983.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. rev. Chapecó, SC: Argos, 2006.

RENK, A. **Sociodicéia às Avestas**. Chapecó, SC: Grifos, 2000.

RENK, A.; DORIGON, C. (org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó, SC: Argos, 2014.

RESENDE, C. M.; MAFRA, R. L. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 261-280, abr./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540204>

SCAPIN, B.; TROIAN, A. PRONAF e Território: O Crédito Rural na Agricultura Familiar da Quarta Colônia/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 21, n. 59, p. 1-19, jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13136>

SCHMOELLER, S. **Desafios e impactos do acesso ao PRONAF Mulher no Paraná**. 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2023.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5656>

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1980.

TESTA, V. M. *et al.* **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**: (proposta para discussão). Florianópolis, SC: Epagri, 1996.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo, SP: EDUSP, 1991.

VIANA, J. G. A. *et al.* Evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul: análise por atividade e finalidade dos recursos de 2006 a 2018. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 291-303, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2021v14n2e7686>

VILLWOCK, A. P. S. **As estratégias de renda dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste nos anos 2005 e 2010.** 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

WERLANG, A. A. **Disputas e ocupação do espaço no Oeste Catarinense:** a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó, SC: Argos, 2006.

WESZ JUNIOR, V. J. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5353>

ZANETTI, C. *et al.* Evolução do PRONAF no território rural do Vale do Taquari/RS (2012-2017). **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 257-279, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5434>

ZONIN, J. V.; MARTINS, S. R. Por uma agricultura familiar liberta e sem fronteiras: desafios e perspectivas no contexto da mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. *In*: RADIN, J. C.; CORAZZA, G. (org.). **Fronteira Sul:** ensaios socioeconômicos. Florianópolis, SC: Insular, 2016. p. 229-252.